

Ezequiel Martins Ferreira  
(Organizador)



# CONSCIÊNCIA e ATIVIDADE:

Categories fundamentais da psicologia

 **Atena**  
Editora

Ano 2021

Ezequiel Martins Ferreira  
(Organizador)



# CONSCIÊNCIA e ATIVIDADE:

Categories fundamentais da psicologia

 **Atena**  
Editora  
Ano 2021

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Sidney Gonçalo de Lima – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

## Consciência e atividade: categorias fundamentais da psicologia

**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Camila Alves de Cremona  
**Correção:** Flávia Roberta Barão  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizador:** Ezequiel Martins Ferreira

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C755 Consciência e atividade: categorias fundamentais da psicologia / Organizador Ezequiel Martins Ferreira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-241-5

<https://doi.org/10.22533/at.ed.415213006>

1. Psicologia. I. Ferreira, Ezequiel Martins (Organizador). II. Título.

CDD 150

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

## APRESENTAÇÃO

A coletânea *Consciência e Atividade: Categorias Fundamentais da Psicologia*, reúne em seu primeiro volume, dezessete artigos que abordam diversas temáticas no que diz respeito às questões fundamentais da Psicologia na contemporaneidade.

Elencam como categorias fundamentais do pensamento Psicológico, os conceitos de Consciência e Atividade Humana quer seja através de seus comportamentos observáveis, quer seja pela atividade cognitiva.

Fundada nas bases do pensamento cartesiano e pelo empirismo a Psicologia continua ainda hoje com grande ascensão no que diz respeito aos atos humanos.

Pesquisas notórias nos diversos avatares da psicoterapia, na avaliação neuropsicológica, nos estudos das relações interpessoais na sociedade como um todo são reunidas aqui para fazer avançar ainda mais o campo psicológico.

Desejo uma excelente leitura dos artigos que se seguem.

Ezequiel Martins Ferreira

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

#### **TORNANDO-SE TERAPEUTA: TECENDO VIVÊNCIAS EM SAÚDE**

Eloisa Mendes Ferreira Freitas

Patrícia do Socorro Magalhães Franco do Espírito Santo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4152130061>

### **CAPÍTULO 2..... 13**

#### **A ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA COMO ARCABOUÇO TEÓRICO PARA INVESTIGAÇÃO SOBRE A PSICOTERAPIA INFANTIL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Jéssica Alana Kretzler

Chancarlyne Vivian

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4152130062>

### **CAPÍTULO 3..... 26**

#### **A PSICOTERAPIA SÓCIO-HISTÓRICA FRENTE AO SOFRIMENTO PSÍQUICO DOS UNIVERSITÁRIOS**

Joyce Laís de Oliveira do Nascimento

Mateus Fortuna Lourenço dos Santos

Jeferson Renato Montreozol

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4152130063>

### **CAPÍTULO 4..... 32**

#### **MEMÓRIAS DA PSICOLOGIA BRASILEIRA: O PIONERISMO DE MADRE CRISTINA**

Ádila Naiane da Silva Sousa

Maria Karolayne Lima de Almeida Silva

Otávio Edmundo de Moura

Rauanderson Roberto da Silva

Ana Paula Noriko Cimino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4152130064>

### **CAPÍTULO 5..... 39**

#### **MEMÓRIAS DA PSICOLOGIA BRASILEIRA: AS CONTRIBUIÇÕES DE ULISSES PERNAMBUCANO**

Luciana Aline Farias de Melo

Maria Ana Almeida

Manoel Barboza da Silva

Ana Paula Noriko Cimino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4152130065>

### **CAPÍTULO 6..... 45**

#### **PROCESSO DE AVALIAÇÃO E A INTERVENÇÃO POR MEIO DE JOGOS: CAMINHOS PARA ENFRENTAR O FRACASSO ESCOLAR**

Silvia Nara Siqueira Pinheiro

Gioggio Állix Almeida  
Paola Leal de Oliveira  
Talita dos Santos Mastrantonio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4152130066>

**CAPÍTULO 7..... 62**

A FAMÍLIA E A ESCOLA: UMA PARCERIA NECESSÁRIA

Ezequiel Martins Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4152130067>

**CAPÍTULO 8..... 72**

QUANDO O JOVEM SILENCIA: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL JUNTO A ADOLESCENTES CONTEMPORÂNEOS

Amanda Farias Teski de Oliveira

Taise Maria Marchiori Soares

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4152130068>

**CAPÍTULO 9..... 86**

MANIFESTAÇÕES E SENTIDOS DO ESTRESSE DOCENTE: ESTUDO QUALITATIVO COM PROFESSORES DE ESCOLAS ESTADUAIS DO INTERIOR PAULISTA

Murilo Abreu

Roseli Fernandes Lins Caldas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4152130069>

**CAPÍTULO 10..... 105**

LAS REPRESENTACIONES SOCIALES SOBRE LA ATENCIÓN A LA DIVERSIDAD EN LA LITERATURA INFANTIL

Miriam Persiani de Santamarina

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.41521300610>

**CAPÍTULO 11..... 110**

LEITURA PARA CÃES: UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA E TERAPÉUTICA COM CRIANÇAS EM AMBIENTE ESCOLAR

Magda Eliete Lamas Nino

Valéria Cristina Christello Coimbra

Helenara Plaszewski

Márcia de Oliveira Nobre

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.41521300611>

**CAPÍTULO 12..... 126**

A MORALIDADE KANTIANA AOS OLHOS DA PSICANÁLISE

Bernardo Ebbres Bernardi

André Haiske

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.41521300612>

<b>CAPÍTULO 13.....</b>	<b>130</b>
<b>A CONFIGURAÇÃO DO RELACIONAMENTO NA PERSPECTIVA DO POLIAMOR</b>	
Thaís Barros dos Santos	
Arthur Henrique Vitorino Araújo	
Fernanda Sardelich Nascimento	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.41521300613">https://doi.org/10.22533/at.ed.41521300613</a>	
<b>CAPÍTULO 14.....</b>	<b>143</b>
<b>EDUCAÇÃO POPULAR COMO MEIO PARA A SUPERAÇÃO DA MASCULINIDADE HEGEMÔNICA</b>	
José Kilder Salviano Cavalcante	
Cícera Mônica da Silva Sousa Martins	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.41521300614">https://doi.org/10.22533/at.ed.41521300614</a>	
<b>CAPÍTULO 15.....</b>	<b>151</b>
<b>INTERSETORIALIDADE E SAÚDE MENTAL INFANTOJUVENIL: A COMUNICAÇÃO ENTRE CAPSi, SETOR EDUCACIONAL E FAMÍLIA</b>	
Elana Fabricia Ferreira Araújo	
Nilzabeth Leite Coêlho	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.41521300615">https://doi.org/10.22533/at.ed.41521300615</a>	
<b>CAPÍTULO 16.....</b>	<b>165</b>
<b>CONTRIBUIÇÕES NA INTERDISCIPLINARIDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA COM PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM PSICOLOGIA</b>	
Jennifer Renata Araujo Dinis	
Eliana Maria Cunha de Castro	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.41521300616">https://doi.org/10.22533/at.ed.41521300616</a>	
<b>CAPÍTULO 17.....</b>	<b>171</b>
<b>CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTO PARA AVALIAÇÃO DE OFICINAS TERAPÊUTICAS BASEADO NA TEORIA DAS NECESSIDADES HUMANAS BÁSICAS</b>	
Virginia Rozendo de Brito	
Ana Socorro de Moura	
Ana Flora Fogaça Gobbo	
Adriana Inocenti Miasso	
Ana Paula Gobbo Motta	
Murilo Neves de Queiroz	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.41521300617">https://doi.org/10.22533/at.ed.41521300617</a>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR.....</b>	<b>183</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>184</b>

# CAPÍTULO 15

## INTERSETORIALIDADE E SAÚDE MENTAL INFANTOJUVENIL: A COMUNICAÇÃO ENTRE CAPSi, SETOR EDUCACIONAL E FAMÍLIA

*Data de aceite: 01/06/2021*

*Data de submissão: 22/02/2021*

**Elana Fabricia Ferreira Araújo**

Universidade Federal do Pará  
Belém – Pará

<http://lattes.cnpq.br/9197340496498669>

ORCID ID- 0000-0002-0395-5721

**Nilzabeth Leite Coêlho**

Centro Universitário do Estado do Pará  
Belém – Pará

<http://lattes.cnpq.br/9490576254567337>

ORCID ID - 0000-0001-5157-0941

**RESUMO:** A intersectorialidade é a interação entre os setores inseridos na rede de cuidados de crianças e adolescentes. A presente pesquisa objetivou analisar a comunicação entre os setores educacional, de saúde e familiar no suporte de usuários do CAPSi. Foram realizadas entrevistas e aplicações de questionários com pacientes, seus responsáveis e psicólogos do CAPSi. Os resultados mostram uma falha na comunicação entre os setores, posto que as escolas ainda não estão preparadas para lidar com alunos em sofrimento psíquico, o que é gerado pela falta de capacitação dos profissionais. Embora os responsáveis pelos pacientes se mostrem mais ativos no tratamento, a falta de conhecimento pode prejudicar ainda mais a saúde mental dos usuários e dos próprios cuidadores. As psicólogas afirmaram haver uma forte lógica manicomial presente tanto dentro do CAPSi quanto em

escolas e famílias, além de falhas estruturais. Diante disso, é possível afirmar que os setores não conhecem sua função em cuidar da saúde mental, assim como não estão preparados para assistir o público infanto-juvenil em sofrimento psíquico. Também foi observado que, embora haja adversidades, há evolução na maioria dos casos, o que mostra o CAPSi como uma rede que possibilita tratamento e reinserção social de crianças e adolescentes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Intersectorialidade; Saúde Mental Infanto-Juvenil; CAPSi.

### INTERSECTORIALITY AND MENTAL HEALTH FOR CHILD AND ADOLESCENT: THE COMMUNICATE BETWEEN CAPSi, EDUCACIONAL SECTOR AND FAMILY

**ABSTRACT:** The intersectoriality is an interaction between sectors inside children and adolescent's care network. This article aimed analyze the communication between educational, health and familiar sectors in CAPSi users support. Interviews and questionnaires were conducted with patients, their parents and CAPSi psychologists. The results show a failure in communication between the sectors, because the schools are not yet prepared to help students in psychological distress, which is generated by the lack of the professional's training. Although those responsible for patients are more active in the treatment, the lack of knowledge can further harm the mental health of users and caregivers themselves. Psychologists said that there was a strong asylum logic present both within CAPSi and in schools and families, in addition to structural failures. That said, it is possible to state that the

sectors do not know their role in caring for mental health, as well as they are not prepared to assist children and adolescents in psychological distress. It was also observed that, although there are adversities, there is evolution in most cases, which shows CAPSi as a network that allows treatment and social reintegration of children and adolescents.

**KEYWORDS:** Intersectoriality; mental health for child and adolescent; CAPSi.

## 1 | INTRODUÇÃO

Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as crianças e os adolescentes são grupos sociais que necessitam de proteção integral para seu efetivo desenvolvimento, os tornando sujeitos de direitos, dentre estes saúde, família e educação (CRUZ et al., 2005; SILVA et al., 2018). A fim de garantir a integralidade desse cuidado, o ECA (1990) propõe articulações que visam proporcionar uma rede de atenção psicossocial, cuja organização busca presenciar e assistir cada âmbito do desenvolvimento do público infanto-juvenil por meio de setores inseridos nesta rede, o que torna a sociedade e o Estado responsáveis pela assistência da criança e do adolescente (BRASIL, 2014).

Diante disso, o Sistema Único de Saúde (SUS) está inserido na rede psicossocial não somente com a função de promover serviços de saúde, mas também como a garantia do direito universal e igualitário da saúde a todos os cidadãos como um dever do Estado. Ademais, Paim (2009) desconstrói o sentido de saúde imposto antes da criação do SUS, um vez que ele aponta a saúde como um setor que abrange o cuidado com o indivíduo além do biológico, pois trabalha com o social e o psíquico, o que inclui a saúde mental como âmbito da saúde e seu cuidado como direito do público infantojuvenil.

Nesse sentido, o cuidado com a saúde mental da criança e do adolescente depende da atuação dos demais setores responsáveis pela proteção desse público, uma vez que podem não somente identificar transtornos mentais e encaminhá-los ao espaço especializado no tratamento dessas demandas, como também serem fatores de risco para problemas no campo psíquico.

A partir desta visão, a Lei Federal 10.216, a qual dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, institucionalizou o cuidado com a saúde mental a partir da criação do Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPSi). A principal função do CAPSi é proporcionar assistência mediante o atendimento a crianças e adolescentes comprometidos psicologicamente com uma abordagem baseada na intersectorialidade, o que possibilita oferecer atividades comunitárias voltadas também às redes de apoio (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004).

O CAPSi é a estratégia substitutiva ao modelo manicomial, uma vez que ele busca a reinserção social e a garantia da qualidade de vida do público atendido, bem como a participação social neste processo. Vale ressaltar que, conforme Neto e Cruz (2017) a comunicação entre o saber popular e científico é indispensável na resolução de conflitos, posto que, por exemplo, a família e a escola estão presentes diariamente na vida da

criança e do adolescente, logo, a contribuição desses agentes é fundamental na eficácia do tratamento.

A intersectorialidade, prevista no regimento do CAPSi e no ECA, é a interação entre os diversos setores da sociedade, buscando prestar assistência ao indivíduo em todos os âmbitos (SILVA, 2019; FERNANDES, 2019), descentralizando de um único setor o cuidado com a saúde mental. Diversos autores apontam a importância das articulações intersectoriais no cuidado da saúde mental de crianças e adolescentes (KANTORSKI, 2017; RIBEIRO e LYKOUROPOULOS, 2016; TSZESNIOSKI, 2015), posto que, a fim de garantir a eficácia no tratamento, por exemplo, a família do público atendido no CAPSi deve receber orientações para a continuidade das ações de saúde dentro de casa, o que promove a descentralização do cuidado do CAPSi e a comunicação entre os setores a fim de garantir a saúde mental.

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo analisar a comunicação entre os setores de saúde, educacional e familiar no suporte à crianças e adolescentes que fazem acompanhamento no CAPSi. A partir da análise, o artigo buscou identificar as principais dificuldades na promoção na intersectorialidade nesse contexto, bem como suas causas e os efeitos da presente comunicação da rede de cuidados do público infanto-juvenil.

Vale ressaltar que Franco Basaglia, um dos protagonistas da Reforma Psiquiátrica, afirmou que a história da trajetória da saúde mental fosse contada “pelas histórias das vidas que foram reinventadas, reconstruídas, redescobertas a partir deste processo de transformação” (AMARANTE, 2013). Com base nesta fala, o presente artigo expõe, por meio de relatos do público infanto-juvenil atendido, suas famílias e psicólogas do CAPSi, a realidade e as transformações de vidas a partir do serviço de saúde mental do município de Belém.

## 2 | METODOLOGIA

Este artigo é resultado do projeto de pesquisa denominado “Intersectorialidade e saúde mental infanto-juvenil: a comunicação entre CAPSi, setor educacional e família”, sob parecer de número 3.761.141, o qual é um estudo de campo e de caráter qualitativo. A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário do Estado do Pará e se desenvolveu dentro do CAPSi da cidade de Belém, no estado do Pará, onde se dividiu em três etapas.

A primeira etapa foi uma entrevista semi-estruturada com os responsáveis dos pacientes que estavam em atendimento, realizada em uma sala dentro do CAPSi onde os responsáveis foram entrevistados em grupo ou individualmente. Foram descartados da pesquisa responsáveis que não possuíam grande convívio com o paciente em atendimento. 30 responsáveis foram entrevistados durante o período da coleta, dentre eles 23 mães, 5 avós e 2 pais.

A segunda etapa se realizou com a aplicação de um questionário com as crianças

e os adolescentes que estavam presentes no CAPSi e participavam do atendimento de psicoterapia. Os critérios de inclusão foram o cadastro no CAPSi a pelo menos 1 mês e a autorização dos responsável pela assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Um total de 26 questionários foram respondidos por 15 crianças e 11 adolescentes. É importante ressaltar que alguns pacientes não conseguiram iniciar ou completar o questionário por questões de hiperatividade ou grave situação de sofrimento psíquico.

A última etapa foi a realização de uma entrevista semi-estruturada sobre o tema da pesquisa com as psicólogas que trabalhavam no CAPSi. 4 psicólogas realizam atendimento no espaço e todas foram entrevistadas. Vale ressaltar que a pesquisa necessitou ser interrompida antes do tempo previsto para a coleta de dados, posto que, por conta da chegada do COVID-19 ao Brasil, os atendimentos do CAPSi foram suspensos por tempo indeterminado. Nesse sentido, a pesquisa foi encerrada com 3 semanas de antecedência da previsão.

### **3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO**

As primeiras perguntas do questionário tinham o objetivo de criar um perfil dos pacientes atendidos no CAPSi. A média do público atendido é de 60% do sexo feminino e 40% masculino. Ademais, o paciente mais novo possuía 5 anos e o mais velho 18, e eles eram divididos em 2 grupos de atendimento conforme a faixa etária.

Foi observado que a família de mais de 85% dos pacientes possuía renda inferior a 1 salário mínimo, enquanto o restante possuía entre 1 e 3 salários mínimos, e 80% estavam matriculados em escola pública. Tais dados apontam uma deselitização da psicologia e do cuidado com a saúde mental infanto-juvenil (EID AP et al., 2009), uma vez que durante muitas décadas somente quem pudesse pagar poderia ter acesso à psicoterapia. Diante disso, os dados afirmam que este serviço está sendo proporcionado às camadas mais populares, o que expõe a presença de princípios do SUS como equidade e universalidade<sup>5</sup>. No entanto, uma responsável pontuou que alguns pacientes pararam de ir ao atendimento por não possuir renda suficiente para o transporte, o que aponta ainda a presença de impedimentos na assistência em função da renda do público atendido.

Embora todos os pacientes residem em Belém, é evidente ainda uma forte dificuldade em assistir à saúde mental da população que está localizada no interior do estado, por que a quantidade de CAPSi existentes no estado do Pará é irregular em comparação ao número determinado por habitantes pela Lei Federal 10.216. A Portaria N° 336, de 19 de fevereiro de 2002, aponta que o espaço deve atuar somente dentro do território municipal, porém as psicólogas entrevistadas destacam uma grande demanda advinda do interior do estado. Ademais, todas as psicólogas afirmaram que não há como realizar atendimento com pacientes de outros municípios, posto que uma delas ressaltou que o CAPSi “não dá conta

nem da demanda de Belém”. Este fato demonstra uma baixa cobertura do atendimento no âmbito estadual, bem como uma falha nas ações intersetoriais direcionadas a crianças e adolescentes de outros municípios.

Cerca de 56,5% dos encaminhamentos foram realizados por profissionais da saúde, como médicos, assistentes sociais e psicólogos, presentes em postos de saúde da cidade, o que aponta eficazes articulações do setor de saúde dentro da rede psicossocial a fim de encaminhar a criança ou o adolescente com transtornos mentais ao espaço mais adequado para tratar tais demandas.

### **3.1 Setor educacional e sua comunicação com CAPSi**

Em relação ao setor educacional, foi observado que, embora 19% dos encaminhamentos sejam realizados pela escola, 90% dos pacientes afirmaram apresentar alguma dificuldade dentro do âmbito escolar, dentre eles pode-se destacar o as dificuldades no relacionamento com professores, alunos ou as dificuldades de aprendizagem e compreensão do próprio conteúdo da aula. Ademais, durante as entrevistas com os responsáveis, 96,5% (n=29) dos entrevistados afirmaram que a escola não cumpre com o seu papel de cuidar da saúde mental dos alunos. Estes dados mostram, além de uma grande falha na comunicação por parte das instituições de ensino dentro da rede, a carência de cuidados em saúde mental nestes espaços, o que sobrecarrega os atendimentos no CAPSi com demandas as quais poderiam ser prevenidas nas escolas e dificulta o acompanhamento dos usuários.

Tal fato é exemplificado pelo relato de uma mãe cujo filho sofreu durante muito tempo bullying por alunos e professores até ele desenvolver fobia social e parar de frequentar a escola. Além disso, a responsável afirma que “o uniforme da escola fazia ele ter crises de ansiedade”. Diante disso, 19% (n=5) das mães relatam ter passado por situações similares, nas quais seus filhos necessitaram trocar de escola ou ficaram sem estudar.

Diante disso, um dos motivos desta problemática citados pelos responsáveis e pelas psicólogas foram o despreparo dos profissionais da educação em identificar demandas ligadas à saúde mental, uma vez que as psicólogas afirmaram que grande parte das demandas encaminhadas pelas escolas é pedagógica, como dificuldade em matemática ou se relacionar, o que acarreta em um grande número de encaminhamentos com laudos contendo possíveis diagnósticos, em muitos casos errôneos, vindos da instituição de ensino.

Esta necessidade de encaminhamento é reproduzida quando a criança, não se adequa ao desenvolvimento da turma, é dispersa ou agitada, ou seja, quando ela não se encaixa nos padrões de comportamento esperados pela sociedade. Nesse sentido, é possível observar um processo de normatização dentro da escola, uma vez que, é imposto ao público infante-juvenis maneiras de agir e pensar, as quais estão incluídas no processo de normatização e, quando elas não são observadas no meio social, é associado diversas vezes com alguma patologia (BARBOSA, 2019).

Este fato está presente no relato de uma responsável, a qual afirmou que “os professores reclamam das crianças e dizem que precisam de um médico”. Além desta responsável, uma mãe apontou que “o professor não está preparado para lidar e agride a criança”, assim como diversas mães que repetiram a frase “a escola não faz nada”. Os relatos mostram não somente os danos gerados pela carência de capacitação do profissional da educação em sua formação acadêmica para assistir à saúde mental, mas também a urgência em desenvolver políticas educacionais que visem qualificar o professor a fim de trabalhar as demandas emocionais dos alunos as quais podem afetar o desempenho escolar.

Diante disso, uma das psicólogas entrevistadas pontuou que as atuais articulações da escola “botam a criança como culpada”. Tal afirmação confirma a necessidade em formar profissionais aptos a identificar demandas de sofrimento psíquico, dado que atualmente há uma generalização das demandas como problemáticas presentes na criança ou no adolescente que dificultam o desenvolvimento escolar e necessitam de alguma reabilitação, o que gera o encaminhamento ao CAPSi. Na maioria dos casos, são diagnósticos errôneos e sobrecarregam o espaço. Vale destacar que a superlotação do espaço dificulta a intervenção da equipe de psicologia em escolas com a finalidade de promover a capacitação de profissionais da educação.

Ademais, grande parte dos encaminhamentos enviados pela escola ocorreram por meio de relatórios pedagógicos, conforme as psicólogas do espaço. Uma das psicólogas entrevistadas considerou que tal articulação “não é bem uma comunicação, não há diálogo ou uma conversa”. Todas as psicólogas afirmaram existir uma falha na comunicação com a escola, uma vez que somente os relatórios não apontam como o indivíduo se relaciona dentro da instituição de ensino ou os profissionais se relacionam com o indivíduo diante de uma situação de sofrimento psíquico ou transtorno mental.

Responsáveis relataram que há uma tentativa por parte deles em criar uma comunicação entre CAPSi e escola, a exemplo da mãe que afirmou ter ido algumas vezes à escola conversar com os professores e coordenadores sobre a demanda da filha. Além disso, uma mãe apontou que toda semana era chamada pela escola por conta do comportamento do filho e que “não tinham [profissionais da escola] empatia comigo e com ele”. Tais dados mostram uma grande falha na comunicação entre a escola e os demais setores da rede de cuidados, em relação aos encaminhamentos e ao feedback com os responsáveis.

A partir dos dados apresentados sobre o setor educacional, é observado um desconhecimento dos setores presentes da rede de cuidados sobre a função de assistir à saúde mental, bem como o despreparo para cuidar do público infanto-juvenil em sofrimento psíquico. Consequentemente, a rede intersetorial raramente articula estratégias com a finalidade de potencializar a assistência à criança e ao adolescente com transtornos mentais, o que dificulta a identificação de problemas e o encaminhamento ao espaço

especializado no tratamento de tais demandas. Uma psicóloga entrevistada destacou que há a carência de atividades preventivas de agravos à saúde mental nas escolas.

Torna-se necessário apontar também a tardia entrada das políticas públicas de saúde mental no âmbito da infância e juventude como fator do ainda precário cuidado de tal público diante do sofrimento psíquico nas instituições de ensino. Ao analisar a trajetória das políticas de saúde mental no Brasil, é possível observar que os debates sobre o tema ainda estão centralizados no setor saúde, o que gera uma limitada ampliação de estratégias para o restante da rede intersetorial. Cabe ressaltar que a obrigatoriedade do psicólogo nas instituições de ensino foi uma conquista recente e pouco aplicada ainda na realidade escolar.

Como consequência, a formação de profissionais da educação pouco aborda formas de identificar demandas de saúde mental dentro da escola, assim como a intervenção e o encaminhamento mais adequados (BELTRAME; BOARINI, 2013). Nesse sentido, é visível a urgência em expandir este assunto nas políticas de educação, posto que a capacitação de professores e os demais profissionais da área durante a formação se mostrou indispensável na elaboração de uma rede de cuidado eficaz, bem como na prevenção de danos e agravos em saúde mental. Vale ressaltar que as diversas falhas na comunicação intersetorial apontadas são reflexo de uma carência de investimentos no âmbito da saúde mental por parte dos órgãos públicos responsáveis por tais políticas.

No entanto, embora grande parte dos entrevistados avalie o setor educacional como potencializador do sofrimento psíquico de crianças e adolescentes, é possível ver evolução nos casos atendidos com demandas ligadas ao âmbito escolar. Os questionários apontaram que 69% (n=18) dos pacientes afirmaram que o acompanhamento no CAPSi ajudou com a dificuldade na escola, o que mostra a eficácia do serviço realizado dentro do espaço, bem como a avaliação positiva do público atendido.

### **3.2 Analisando a família**

Ao verificar o setor familiar, é possível observar diversas diferenças em relação ao educacional, posto que todas as psicólogas entrevistadas afirmaram que grande parte dos responsáveis é presente no tratamento do público atendido. Ademais, os questionários apontaram que 89% (n=23) dos responsáveis acompanhavam a criança ou o adolescente ao CAPSi e 84,5% (n=22) dos pacientes avaliaram o relacionamento com a família “bom” ou “muito bom”. Todas as psicólogas do espaço avaliaram os responsáveis como presentes no cuidado.

Tais dados se opõem ao que foi registrado sobre a participação do setor familiar no tratamento de transtornos mentais, posto que a literatura foucaultiana (FOUCAULT, 1972) mostra a família como uma estrutura que impõe uma norma a fim de garantir controle. O autor também destaca que, durante séculos, quando o indivíduo não se adequava à normatização, a família pedia seu internamento por considerá-lo “louco”. Quando

comparada a períodos anteriores à criação do CAPSi, é evidente uma maior participação da família no tratamento a partir do relato de uma responsável a qual afirmou *“a gente não pode desistir dos nossos filhos”*.

É importante ressaltar que a maior participação desse setor no tratamento é resultado também de diversas transformações culturais na mentalidade social geradas a partir da Reforma Psiquiátrica Brasileira (AMARANTE, 1998), uma vez que direitos básicos foram garantidos à população com transtornos mentais, dentre eles a formação de uma rede de cuidados formada pela sociedade, com destaque para a família. O CAPSi foi um marco para a Reforma e, segundo os dados expostos, institucionalizou as conquistas da luta antimanicomial.

Por outro lado, o questionário utilizado na presente pesquisa mostrou que 65% (n=17) dos pacientes não moravam com o pai e apenas 6,6% (n=2) dos responsáveis entrevistados eram pais de pacientes. Tal fato mostra a pouca participação paterna no cuidado com o público infanto-juvenil em sofrimento psíquico, bem como a normatização da ausência paterna, uma vez que mães relataram durante a entrevista que o pai raramente entrava em contato a fim de saber sobre o tratamento ou participa financeiramente. Uma responsável afirmou que, ao identificar o sofrimento psíquico da filha, o pai da paciente pediu o divórcio.

Tal relato, bastante comum entre as mães entrevistadas, mostra mulheres com grande sobrecarga de responsabilidades, as quais necessitam gerar renda para aquele núcleo familiar, realizar as tarefas domésticas e ainda estar presente no tratamento de filhas e filhos. Ademais, algumas responsáveis pontuaram pedir demissão de seus empregos a fim de estar presente o maior tempo possível na vida dos filhos, o que revela a atenção dispensada pelas mães ao tratamento de seus filhos e uma dificuldade com autocuidado, posto que seu foco é o cuidado de terceiros.

Diversos responsáveis apontaram chegar ao CAPSi ignorantes sobre como tratar a saúde mental do público infanto-juvenil. Além disso, grande parcela dos responsáveis relatou não saber *“lidar com a depressão deles [crianças e adolescentes]”* e não estarem preparados para tal responsabilidade. Além disso, para psicóloga entrevistada, *“o núcleo familiar às vezes é o adoecedor”*. Ela também relatou que alguns familiares culpam os usuários pelo transtorno mental.

Uma das psicólogas entrevistada afirmou que algumas famílias chegam sem conhecimento sobre as demandas da crianças e do adolescente, e conseqüentemente não conseguem identificar o transtorno mental, ou, por outro lado, entram em estado de negação diante do sofrimento psíquico do usuário. Ela também destacou que *“algumas mães na primeira semana que o filho apresenta alguma melhora retiram do tratamento, então o filho tem a recaída e a mãe volta”*.

É possível perceber a partir das falas dos responsáveis e da psicóloga o desconhecimento e o despreparo dos familiares em assistir à saúde mental do público

infanto-juvenil, o que resulta em impedimentos na comunicação entre tal setor e o CAPSi. Nesse sentido, essas falhas geram prejuízos aos usuários e suas famílias, posto que a família ainda não assumiu sua função dentro de rede de cuidados e também está vulnerável a desenvolver o adoecimento mental. É importante destacar que alguns responsáveis relataram apresentar algumas patologias como ansiedade e depressão, além de outras sintomatologias, como insônia.

No entanto, os responsáveis afirmaram participar semanalmente de uma reunião com profissionais do CAPSi, onde recebem orientações sobre como auxiliar no tratamento, bem como explicações sobre as demandas de cada paciente. As reuniões tem como finalidade incluir a família e torná-la uma promotora de saúde mental ao público infanto-juvenil, o que garante uma eficaz comunicação entre tais setores. A reunião também serve como forma de os responsáveis exporem suas angústias e tirem dúvidas, o que torna um momento importante para a saúde mental dos cuidadores também.

Da mesma forma é possível evidenciar a necessidade entre os cuidadores de falar sobre seu sofrimento psíquico a fim de gerar a sensação de alívio. Algumas mães também relataram *“necessitamos de atendimento psicológico dentro do CAPSi”*. Uma mãe, por exemplo, apontou que o momento de entrevista em grupo a ajudou a partir do relato de outros responsáveis que passavam por situações similares. Além dela, outros responsáveis afirmaram que a vivência de outros familiares os auxiliam muito a saber como tratar as demandas dos filhos.

As mães afirmaram que vivenciar a melhora dos filhos aumenta a autoestima delas, posto que elas se sentem recompensadas pelo esforço de suas adesões ao tratamento. Vale ressaltar que os questionários avaliaram o tratamento no CAPSi como importante para 96,6% (n=29) dos responsáveis. Tal fato mostra a dedicação de muitos responsáveis diante das demandas de crianças e adolescentes em situação de sofrimento psíquico. Para uma responsável, *“a gente [os responsáveis] precisa tá bem para ajudar eles [os usuários]”*.

Diante disso, é possível observar que a comunicação entre a família e o CAPSi, embora apresente algumas adversidades, é eficaz no cuidado com a saúde mental do público infanto-juvenil. Os responsáveis, de modo geral, se mostram presentes no tratamento e, conseqüentemente, estão mais vulneráveis ao adoecimento mental, o que evidencia a necessidade de também assistir tal público. Ademais, os dados também expõem a importância da participação familiar dentro da rede de cuidados.

### **3.3 CAPSi e a intersectorialidade**

O último setor avaliado, após o educacional e o familiar, foi o CAPSi e sua comunicação com a rede de cuidados. Nesse sentido, os questionários apontaram que os profissionais do espaço não realizam visitas domiciliares ou nas escolas. Além disso, 74% dos usuários afirmaram que nenhum indivíduo além dos responsáveis foi chamado para comparecer ao espaço. Tais dados mostram uma ausência de comunicação interpessoal

fora do local físico do CAPSi.

Ademais, é importante ressaltar que só há um CAPSi na cidade de Belém, o que, além de ser insuficiente para o número de habitantes conforme a Lei 10.216 determina, gera uma superlotação do espaço. Este fato dificulta a comunicação entre o CAPSi e os demais setores presentes na rede, posto que visitas e entrevistas com indivíduos ligados ao usuário são impossibilitadas pela grande quantidade de atendimentos dentro do espaço, além de uma grande demanda de espera. Uma profissional entrevistada afirmou que o local *“não tem pernas para fazer as visitas e atender individualmente os pais”*.

Tal fato evidencia um dos principais problemas presentes na comunicação entre o CAPSi e a rede: a carência de recursos e estrutura. As psicólogas destacaram que, além da superlotação, há uma equipe reduzida, bem como sobrecarga de trabalho, necessidade de atendimentos em grupo e ausência de automóvel para realizar visitas. Os exemplos citados mostram uma falha estrutural a qual inviabiliza uma comunicação eficaz com os demais setores.

No entanto, alguns mecanismos são utilizados pelos profissionais do CAPSi para proporcionar um tratamento qualificado aos usuários. Uma das psicólogas afirmou que os profissionais do espaço, organizados em uma equipe interdisciplinar, realizam oficinas e visitas com os pacientes, com o objetivo de incluí-los dentro de seus ambientes sociais. Ademais, uma mãe destacou que observou melhoras no convívio social na segurança do filho graças ao atendimento em grupo.

O principal obstáculo presente na comunicação entre o CAPSi e a rede para a maioria das psicólogas do espaço é a lógica manicomial. É importante destacar que o período anterior à Reforma Psiquiátrica Brasileira foi marcado pela apropriação da medicina sobre a loucura, junto a aversão social aos “loucos”, o que instituiu no Brasil uma época caracterizada pela forte presença dos hospitais psiquiátricos, os quais eram responsáveis por tratar os indivíduos com transtornos mentais. No entanto, os manicômios foram representados pela tortura, desumanização e assassinato de uma parcela da sociedade considerada “louca” (AMARANTE, 1998).

Diante disso, é possível observar tal lógica na restrição do cuidado com a saúde mental somente ao CAPSi. Conforme a psicóloga entrevistada, *“o CAPS ficou muito restrito ao atendimento terapêutico no local, [...] se prende muito no espaço físico, na demanda que chega até aqui e você não consegue respirar fora daqui”*. Esta restrição ocorre quando o CAPSi não realiza serviços de saúde mental com a comunidade fora do espaço físico. Este fato também é evidente quando a psicóloga relata *“alguns familiares reclamam sobre a falta de um lugar para deixar [a criança], já aconteceu de uma mãe chegar com a mala da criança”*.

Vale ressaltar que todas as psicólogas apontaram articulações realizadas pelo CAPSi a fim de proporcionar uma maior participação popular no cuidado com a saúde mental do público atendido. Uma das entrevistadas destacou que toda semana há a realização de

uma assembléia dentro do espaço com familiares, profissionais e pacientes, na qual cada um pode fazer um elogio, uma reclamação ou uma sugestão. A partir daí são organizadas as demandas em pautas. Tal prática possui a finalidade de criar um diálogo aberto e direto entre todos.

Ademais, há a existência de processos considerados *“atualizações da lógica manicomial”*, conforme o relato da psicóloga entrevistada, a qual destacou o processo de patologização da infância. Esta lógica ocorre quando a criança apresenta padrões de comportamento que não atendem às normas da sociedade e tal *“desvio de comportamento”* é associado muitas vezes a uma doença. Já a medicalização busca controlá-los por meio de medicamentos a fim de enquadrar o indivíduo dentro da normatização sem considerar os riscos ao indivíduo (BELTRAME, 2019).

Ambos processos estão presentes não somente no CAPSi, mas em toda rede de cuidados, posto que uma das psicólogas relatou receber pedidos de familiares para *“medicalizar de alguma forma para aquela criança se acalmar para ele [o responsável] poder descansar”*. Esta fala evidencia um dos danos gerados ao público infanto-juvenil com transtornos mentais, bem como a falha presente na comunicação por parte da sociedade, especialmente de familiares pouco instruídos, uma vez que a omissão do cuidado com a saúde mental por eles no cotidiano do usuário, o que dificulta a continuidade do tratamento.

Diante disso, é possível observar que esta parcela da sociedade ligada diretamente com o público infanto-juvenil, ao não cumprir com sua função de assistir à saúde mental deste grupo, transfere ao CAPSi essa responsabilidade. Como consequência, estes setores têm atuado de forma fragmentada e centralizada, limitando sua função ao que é determinado institucionalmente e raramente proporcionando a comunicação entre eles a fim de promover um melhor cuidado. Uma responsável entrevistada relatou achar indispensável a existência de psicólogos nas escolas, no entanto, esta não é a realidade atual.

No entanto, a entrevista com os responsáveis mostrou o CAPSi como um espaço que, além de combater os processos de patologização e medicalização da infância, estimula a sociedade a participar do tratamento dos usuários, bem como a comunicação intersetorial. Quando os familiares precisaram opinar sobre o serviço realizado no CAPSi durante a entrevista, afirmaram que a ajuda ofertada pelo espaço *“foi fundamental”*. Uma mãe apontou que *“desde quando entrei aqui, fui bem acolhida”*, o que mostra a importância da equipe multiprofissional no cuidado com a saúde mental. Ela também relatou que *“eles [os profissionais] nos ensinam a saber como lidar [...] eles se unem para ajudar”*.

Ademais, os questionários apontaram que 80,8% (n=21) dos usuários perceberam mudanças positivas em suas vidas após o início do tratamento. Grande parte dos responsáveis também afirmaram observar a evolução do público atendido no CAPSi. Diante disso. Algumas mães de crianças atendidas no espaço relataram que seus filhos se alegram quando chega o dia do atendimento em grupo. Para uma responsável entrevistada, *“aqui*

[o CAPSi] foi uma mão de Deus”. Tais relatos evidenciam não somente a dedicação de familiares e profissionais no cuidado com a saúde mental, mas também as transformações geradas na vida de crianças e adolescentes atendidos no CAPSi.

## 4 | CONCLUSÃO

O presente artigo buscou evidenciar um âmbito de grande importância presente no cuidado com a saúde mental infanto-juvenil: a intersetorialidade. Ao avaliar o modo como ela se faz presente dentro da rede de cuidados e a comunicação entre os diversos setores, é possível concluir que há diversas falhas evidenciadas, algumas enraizadas na mentalidade social, e um grande caminho a percorrer na luta antimanicomial pelos direitos de crianças e adolescentes com transtornos mentais.

Torna-se relevante ressaltar que, para garantir a intersetorialidade, a participação popular é indispensável no cuidado com a saúde mental, logo, este texto mostrou relatos de mães, avós e alguns pais com grande dedicação e esforço em assistir ao público infanto-juvenil. Ademais, apesar sobrecarga de trabalho, o CAPSi reúne profissionais que olham os usuários não apenas como indivíduos com transtornos mentais, mas como crianças e adolescentes que possuem suas individualidades e potencialidades.

Também foi objetivado dar voz e contar a história de usuários, suas famílias e as psicólogas do CAPSi. Relatos como de uma mãe afirmando “*aqui [o CAPSi] foi fundamental*” evidencia a grande importância do espaço e da comunicação em rede no cuidado com a saúde mental do público infanto-juvenil. Por fim, embora haja adversidades para cuidar da saúde mental dentro do CAPSi, há evolução na maioria dos pacientes atendidos, o que, segundo a fala da psicóloga, “*torna o trabalho gratificante*”. É de grande necessidade olhar o CAPSi como um espaço que possibilita apoio, tratamento e reinserção social de crianças e adolescentes.

## REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo; **Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 1998. 136 p.

AMARANTE, Paulo; **Saúde mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2013. 123p. (Coleção Temas em Saúde).

BARBOSA, Saionara Aparecida. **Mapeando as controvérsias que envolvem o processo de medicalização da infância**. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 31, e213211, 2019. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822019000100205&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822019000100205&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 29 de Janeiro de 2020.

BELTRAME, Rudinei Luiz; GESSER, Marivete; SOUZA, Simone Vieira de. **Diálogos sobre medicalização da infância e educação: uma revisão de literatura**. *Psicol. Estud.*, Maringá, v. 24, e42566, 2019. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-73722019000100215&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722019000100215&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 29 de Janeiro de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. **Atenção psicossocial a crianças e adolescentes no SUS: tecendo redes para garantir direitos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF.

BRASIL. Portaria GM nº 336. 19 de fevereiro de 2002.

CRUZ, Lílian; HILLESHEIM, Betina; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. **Infância e políticas públicas: um olhar sobre as práticas psi**. *Psicol. Soc.*, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 42-49, Dec. 2005. Disponível em: &lt;[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822005000300006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822005000300006&lng=en&nrm=iso)&gt;. Acesso em: 20 de junho de 2019.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura: na idade clássica**. São Paulo: Editora Perspectiva. 1972. 552 p.

FERNANDES, Amanda Dourado Souza Akahosi et al. **A intersetorialidade no campo da saúde mental infantojuvenil: proposta de atuação da terapia ocupacional no contexto escolar**. *Cad. Bras. Ter. Ocup.*, São Carlos, v. 27, n. 2, p. 454-461, Junho de 2019. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2526-89102019000200454&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2526-89102019000200454&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 29 de julho de 2019.

KANTORSKI, Luciane Prado et al. **Atenção psicossocial infantojuvenil: interfaces com a rede de saúde pelo sistema de referência e contrarreferência**. *Texto contexto - enferm.*, Florianópolis, v. 26, n. 3, e1890014, 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-07072017000300309&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072017000300309&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 29 de maio de 2019.

LAURIDSEN-RIBEIRO, Edith; LYKOUROPOULOS, Cristiana Beatrice. **O Capsi e o desafio da gestão em rede**. São Paulo: Hucitec Editora. 2016.

NETO, José Francisco de Melo; CRUZ, Pedro José Santos Carneiro. **Extensão popular, educação e pesquisa**. João Pessoa: Editora CCTA. 2017. 262 p.

PAIM, Jairnilson Silva; **O QUE É SUS**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2009. 148 p. (Coleção Temas em Saúde).

SILVA, Jaqueline Ferreira da; CID, Maria Fernanda Barboza; MATSUKURA, Thelma Simões. **Atenção psicossocial na adolescência: a percepção dos profissionais do CAPSij**. *Cad. Bras. Ter. Ocup.* São Carlos, v. 26, n. 2, p. 329-343, abril de 2018. Disponível em: &lt;[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2526-89102018000200329&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2526-89102018000200329&lng=en&nrm=iso)&gt;. Acesso em: 24 de maio de 2019.

SILVA, Luzia Michelon; OLSCHOWSKY, Agnes; SILVA, Aline Basso; et al. **Ações de Intersectorialidade em Saúde Mental: Uma Revisão Integrativa**. *Ver. Fund. Care. Online.*, Rio de Janeiro, abr./jun. 2019. Disponível em: <[http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/viewFile/6824/pdf\\_1](http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/viewFile/6824/pdf_1)>. Acesso em: 18 de maio de 2019.

TSZESNIOSKI, Luíse de Cássia et al . **Construindo a rede de cuidados em saúde mental infantojuvenil: intervenções no território**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro , v. 20, n. 2, p. 363-370, Fev. 2015 . Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232015000200363&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232015000200363&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 25 de agosto de 2019.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Abordagem centrada na pessoa 1, 3, 10, 11, 13, 14, 15, 18, 23, 24, 25

Adolescentes 1, 3, 22, 72, 74, 79, 82, 83, 84, 85, 87, 106, 148, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 162, 163

Análise do discurso 72

### B

Boa vontade 65, 126, 127, 128

### C

CAPSi 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163

Conjugalidade 91, 130, 134, 135, 136, 142

Crianças 1, 3, 7, 13, 14, 16, 17, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 82, 87, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 148, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 168

### D

Desejos instintuais 126, 128

Diversidade 4, 94, 105, 106

### E

EAA no ambiente escolar 110, 111, 123

Educação 37, 41, 46, 47, 49, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 75, 81, 87, 89, 91, 92, 93, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 122, 123, 124, 125, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 152, 155, 156, 157, 162, 163, 183

Escola 3, 12, 19, 34, 41, 42, 46, 48, 51, 56, 58, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 76, 84, 87, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 101, 102, 104, 110, 113, 116, 122, 123, 124, 142, 152, 154, 155, 156, 157, 171, 182

Estágio supervisionado 1, 6, 10, 13, 14, 16, 23

Estresse 27, 28, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 167, 168, 169, 170

### F

Fracasso escolar 45, 46, 47, 48, 49, 51, 57, 59, 61, 65, 96

### H

História da psicologia brasileira 32, 39, 43, 44

Homens 28, 64, 83, 136, 140, 143, 144, 146, 147, 148, 149, 175

## **I**

Inclusão 4, 46, 49, 103, 106, 145, 154, 174

Interdisciplinaridade 165, 167

Intersetorialidade 151, 152, 153, 159, 162, 163

Intervenção psicossocial 72, 81, 83

Intervisão 1, 4

## **J**

Jogo 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 57, 58, 60, 61, 67, 74, 75, 76, 84

## **L**

Leitura para cães 110, 111, 114

Liberdade afetiva 130, 136

Literatura infantil 105, 106, 107

## **M**

Madre Cristina 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38

Moral 65, 70, 91, 126, 127, 128, 138

## **N**

Necessidades humanas básicas 171, 172, 173, 175, 177, 181

## **O**

Oficina terapêutica 172, 181

## **P**

Pais 1, 3, 4, 19, 21, 34, 41, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 92, 93, 98, 146, 149, 153, 158, 160, 162, 168

Patriarcalismo 143, 144

PIC's 165, 166, 167, 168

Pioneiros 32, 38, 39, 40, 42, 43, 44

Poliamor 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142

Problematização 143, 146, 147

Professores 6, 22, 34, 47, 50, 51, 54, 59, 68, 73, 82, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 115, 145, 148, 155, 156, 157

Psicologia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 11, 12, 13, 14, 15, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 59, 60, 61, 99, 101, 102, 103, 104, 112, 115, 123, 124, 125, 127, 128, 130, 142, 149, 154, 156, 165, 166, 167, 169,

170, 183

Psicologia da saúde 1, 12

Psicologia histórico-cultural 45, 47, 48, 49, 51, 53, 59, 60, 61

Psicoterapia infantil 13, 14, 15, 18, 23

Psicoterapia sócio-histórica 26, 31

Psique 61, 125, 126, 127, 128

## **R**

Razão pura 126, 127

Reflexão conjunta 106

Relações afetivas e sexuais 130

## **S**

Saúde 1, 2, 4, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 19, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 41, 42, 43, 49, 61, 64, 67, 68, 81, 86, 87, 89, 93, 95, 97, 100, 102, 103, 104, 110, 111, 112, 115, 116, 121, 123, 124, 125, 147, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 181, 182

Saúde mental 12, 19, 22, 23, 24, 28, 31, 42, 86, 87, 93, 102, 110, 111, 116, 121, 124, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 169, 172, 173, 174, 177, 181, 182

Saúde mental infanto-juvenil 151, 153, 154, 162

Sofrimento psíquico 26, 27, 28, 29, 31, 151, 154, 156, 157, 158, 159

## **T**

Treinamento de professor 106

## **U**

Ulysses Pernambucano 39, 40, 42, 44

Universitário 26, 27, 28, 32, 124, 130, 142, 143, 151, 153, 165

## **V**

Versão de sentido 1, 5, 7, 8, 11

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 @atenaeditora  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](http://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)



# CONSCIÊNCIA e ATIVIDADE:

Categories fundamentais da psicologia

 **Atena**  
Editora  
Ano 2021

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 @atenaeditora  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](http://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)



# CONSCIÊNCIA e ATIVIDADE:

Categories fundamentais da psicologia

 **Atena**  
Editora  
Ano 2021